

## **AJUSTE ESPACIAL, RELOCALIZAÇÃO INDUSTRIAL E TROCA DESIGUAL ENTRE CENTRO E PERIFERIA**

**Ricardo Heli Rondinel Cornejo\***

### **Resumo**

A variação do custo de reprodução da força de trabalho, conforme se desenvolve o capitalismo, permite entender a dinâmica da localização industrial, principalmente, em atividades mais intensivas em trabalho não qualificado. O ajuste espacial é uma solução para a superacumulação do capital no centro. Conforme o espaço foi sendo anulado pelo tempo, com a revolução nos transportes e nas comunicações, o ajuste espacial aparece como uma alternativa através da qual se procura uma mais-valia relativa de localização. A relocação industrial, do centro para a periferia, possibilita o uso de força de trabalho desvalorizada e, em consequência disso, surge uma troca desigual em sentido restrito entre o centro e a periferia, favorável a primeira.

**Palavras-chave:** Ajuste espacial. Relocalização industrial. Troca desigual. Centro-Periferia.

### **Abstract**

As capitalism evolves, variation in the reproduction cost of labor force allows us to understand the dynamics of industrial location, mainly in more intensive activities in non-qualified work. Spatial adjustment is a solution for the excessive accumulation of capital of countries in the center. As space has been nullified by time due to revolution in transport and communication, spatial adjustment appears as an alternative through which a relative surplus value of location is sought. Industrial relocation, from center to periphery, enables the use of undervalued labor force and, as a consequence, an unequal exchange appears in a restricted meaning between the center and the periphery, favorable to the first one.

**Key-words:** Spatial adjustment. Industrial relocation. Unequal exchange. Center-Periphery.

### **Introdução**

Este artigo visa analisar o processo de relocação industrial que vem ocorrendo nos espaços internacionais e inter-regionais, no contexto do chamado processo de reestruturação produtiva que ocorreu no mundo, principalmente, após a crise no capitalismo que se aprofundou em meados dos anos 1960.

Na reestruturação do capitalismo as categorias trabalho e valor da força de trabalho são relevantes, para o entendimento dos movimentos de relocação industrial, que ocorreram em nível internacional e inter-regional.

O ajuste espacial seria uma alternativa para as crises do capitalismo. Este ajuste espacial seria na forma de relocação industrial, o que dá uma dinâmica à localização das atividades que vai mudando com o desenvolvimento do capitalismo. No artigo também se analisa o papel da periferia como funcional à reprodução do modo de produção capitalista. Deste modo, a periferia dá fôlego à acumulação capitalista, e representa um espaço de acumulação de capital necessário para o desenvolvimento do capitalismo. A troca desigual em sentido restrito

---

\* Professor do departamento de Ciências Econômicas da UFSM (e-mail: rondinel@smail.ufsm.br).

entre o centro e a periferia é decorrente da apropriação pelo centro de valores criados na periferia.

### **O ajuste espacial como solução a superacumulação de capital**

Segundo Harvey (1990), o capitalismo se desenvolve de modo pouco uniforme. Essa falta de uniformidade tem a ver com a forma como o capital e o trabalho foram integrados à produção capitalista. O capitalismo nasceu num país, a Inglaterra em meados do século XVIII, e vem se expandindo por outras localizações no mundo desde então. Para uma região ou nação ser integrada no capitalismo tem que ocorrer a separação do homem dos meios de produção, a chamada acumulação originária de capital por (Marx, [1894] 2011). A sociedade tem que estar dividida em capitalistas e trabalhadores. A produção de mercadorias deve objetivar a acumulação de capital ou a valorização deste. Entretanto, como não há coordenação entre produção e circulação de mercadorias surge, com o tempo, um excedente de produção que não encontra realização no mercado interno. Deste modo, as soluções regionais ou internacionais, **o ajuste espacial**, seriam uma alternativa para esta contradição do capitalismo.

Las economías regionales nunca están cerradas. La tentación de los capitalistas de dedicarse al comercio interregional, de obtener ganancias con el intercambio desigual y de colocar los capitales excedentes dondequiera que sea más alta la *tasa de ganancia*, a la larga es irresistible. Además, los trabajadores seguramente sentirán la tentación de trasladarse a cualquier lugar en que los niveles de vida sean más altos. Además, la tendencia hacia el *exceso de acumulación* y la amenaza de devaluación, obligará a los capitalistas de una región a *extender sus fronteras* o simplemente a llevar su capital a pastos más verdes. (Harvey, 1990, p. 420). (O grifo é nosso)

A falta de uniformidade, anteriormente aludida, tem a ver com a forma de expansão do capitalismo. Historicamente essa expansão se deu das metrópoles em direção às colônias, e da relação entre ambas nasceu uma das primeiras divisões do trabalho, a metrópole especializada em manufaturas e as colônias em matérias primas. Na primeira década do século XXI, a especialização dos países desenvolvidos (manufaturas e serviços intensivos em capital e trabalho qualificado) e em desenvolvimento (matérias primas, semimanufaturas e manufaturas intensivas em trabalho não qualificado) mantém, em termos relativos, a especialização que vem do início do capitalismo. De outro lado, a migração de capitais obedece à procura de taxas de lucro mais elevadas, para fugir do excesso de acumulação de capital e de sua consequente desvalorização.

Harvey (2005)<sup>1</sup>, apresenta uma teoria que explica, do ponto de vista marxista, os conceitos de produção do espaço e ajuste espacial. Segundo Carlos (2008), Harvey (2005) não trata muito claramente da produção do espaço, mas sim do ajuste espacial.

[...] la reproducción del espacio, como producto de la acumulación capitalista, se realiza en varios niveles de escala. El capital precisa producir el espacio del lugar y de la metrópolis (donde se imponen las estrategias capitalistas, como productoras del espacio real y concreto de las relaciones sociales, dilucidando el espacio como el papel del espacio como producción social) *lo que Harvey no contempla en su teoría*. Por otro lado, la comprensión de la acumulación del capital impone, como exigencia, la comprensión de la *producción en su totalidad*, lo que incorpora lo económico sin, no obstante, cerrarse en ello, permitiendo enfocar los fundamentos de la producción del espacio en el contexto de la reproducción de la sociedad capitalista específica del momento actual, pausable [sic] de ser comprendida a nivel de la ciudad, de la metrópolis y del lugar, dilucidando el mundo moderno en su tendencia

<sup>1</sup> Sobre tudo nos capítulos IV, O ajuste espacial: Hegel, Von Thünen e Marx; e V, A geopolítica do capitalismo.

hacia la mundialización. En esta dirección la comprensión de la reproducción del espacio urbano permitirá superar –sin excluir– *la dimensión del espacio* tomado como *localización de los fenómenos* tal cual desarrollada por el autor. (O grifo é nosso)

Do anterior desprendem-se duas ideias. A primeira se refere à produção do espaço, como a localidade onde as forças produtivas e relações de produção interagem entre si reproduzindo o capital, o que se dá em nível da produção. A forma como o espaço se organiza, está relacionada com a atividade de produção material desenvolvida pela humanidade. A segunda, diz respeito à mobilidade do capital e da força de trabalho durante o processo de acumulação de capital. A compreensão desse processo como uma totalidade, exige a consideração das esferas econômica, política e geográfica.

O ponto de partida de Harvey (2005) é que Marx (2011) não tratou da questão do espaço, ele teria dado prioridade ao tempo, conforme a lei do valor, a variável tempo é essencial na determinação do valor da força de trabalho e na rotação do capital. A questão espacial teria sido, desse modo, preterida dando mais ênfase à questão temporal. Entretanto, a migração de capitais e da força de trabalho, foi tratada por autores marxistas como (Lenin, [1917] 1987), (Hilferding, [1910] 1985) e (Luxemburg, [1912], 1985). Mesmo assim, o espaço não teria sido um objeto de estudo muito priorizado. A tentativa de Harvey (2005), foi discutir a produção capitalista do espaço e nesse intuito ele apresenta o conceito de ajuste espacial. Ele entende que:

A abordagem de Marx sobre colonização e a doutrina de Von Thünen sobre o salário fronteiriço constituem suas respectivas respostas a uma questão deixada em aberto por Hegel: o papel da expansão geográfica e da dominação territorial, do colonialismo e do imperialismo, na estabilização do capitalismo. (Harvey, 2005, p. 97-98)

Segundo Harvey (2005), Hegel apresenta na Filosofia do Direito<sup>2</sup> as características que teria o imperialismo capitalista. Mesmo sendo Hegel um idealista, utilizou sua dialética hegeliana e compartilhou da visão de que o trabalho é a fonte de criação do valor. Este autor observa que há uma contradição, de um lado, entre a expansão da produção e do consumo e, de outro, na divisão da sociedade em capitalistas e trabalhadores. Estes últimos ganhando muito pouco, salários de subsistência, o que criaria um problema de mercado interno.

A expansão da produção, portanto, coincide com o declínio no padrão de vida da massa abaixo de “um certo nível de subsistência” e na sua privação relativa, até um ponto em que são incapazes de “sentir e desfrutar as liberdades mais amplas e, especialmente, os benefícios intelectuais da sociedade civil”. A “concentração de riqueza em poucas mãos” se associa “à criação de uma turba de pobres”. (Harvey, 2005, p. 100). (O grifo é do autor)

Na visão de Hegel, o capitalismo tenderia para a superprodução de mercadorias. Desse modo, uma das saídas para essa superprodução seria a solução externa, a procura de novos mercados (Harvey, 2005).

[...] A sociedade civil, assevera ele, [Hegel] move-se por sua “dialética interna”, “impelindo-se para além de seus limites e buscando mercados – portanto, meios necessários de subsistência – em outros países, deficientes nos bens que superproduziu e/ou atrasados no setor industrial”. [...]. A sociedade civil é forçada a buscar uma transformação *externa* por meio da expansão geográfica, pois sua “dialética interna” cria contradições, não admitindo soluções internas. (Harvey, 2005, p. 100-101). (O grifo é do autor)

<sup>2</sup> Publicada em 1821 e com adições em 1833 (Harvey, 2005).

Além da solução imperialista, Hegel também recomendaria a solução de colonização, a fundação de colônias que poderiam comprar a produção industrial da metrópole. Entretanto, para Harvey (2005), Hegel não deixa claro se o imperialismo e o colonialismo poderiam ser a solução final para a expansão do capitalismo.

Von Thünen, em a teoria do Estado Isolado<sup>3</sup>, apresenta um modelo de organização espacial da produção agrícola, no qual, o custo de transporte e a localização da produção, em relação ao centro consumidor, eram determinantes dos preços e custos de produção. Posteriormente, esse autor, concentrou seus estudos nos princípios morais e econômicos que determinavam o que seria o salário natural ou o salário justo do trabalhador. Estas concepções foram conhecidas somente após sua morte em 1850.

Os salários baixos, explica ele [Von Thünen], “tem sua origem no fato de que os capitalistas e os proprietários de terras se apossam de grande parte do que os trabalhadores produzem”. Além disso, as mudanças tecnológicas não trazem benefícios para a maioria dos trabalhadores: “Em nossa atual organização social, o trabalhador não será afetado por isso; sua condição se mantém inalterada, e o aumento integral de renda beneficiará os empresários, os capitalistas e os senhorios”. (Harvey, 2005, p. 104). (O grifo é do autor)

Duas concepções se destacam na citação anterior. A primeira, a situação de exploração dos trabalhadores, a segunda, que o progresso técnico não iria beneficia-los. Frente a essa situação a preocupação central de Von Thünen seria determinar qual a parte justa ou natural, que deveriam ter os trabalhadores do produto por eles produzido.

A solução estaria na doutrina do salário fronteiro. Este salário seria equivalente aos meios de subsistência mínimos, necessários para a manutenção do trabalhador, e os juros que se obtêm pelo capital necessário para implementar uma colônia na fronteira da sociedade. A ideia de fronteira vem no sentido de que as terras que estão mais longe são as que têm menos valor e, portanto, produzem menos renda. Portanto, o salário fronteiro, daria o patamar mínimo necessário de salário para todo o país e seria equivalente ao salário de subsistência e o produto do trabalho na região fronteira do país (Harvey, 2005, p. 104-105).

Para que vigore no país o salário fronteiro seria necessária a livre mobilidade do trabalho para a fronteira. Se os salários fossem muito baixos o trabalho migraria para a fronteira, onde haveria condições melhores de vida. O que interessa da concepção de Von Thünen é que, a harmonia social seria decorrente das possibilidades de produção em fronteiras abertas, assim o espaço fronteiro regularia o valor do salário natural ou justo.

De acordo com Harvey (2005), a comparação entre as concepções de Hegel, Von Thünen e Marx têm alguns pontos em comum:

Os três consideram fundamental o trabalho humano, enxergando a alienação entre o trabalho e seu produto como fonte dos infortúnios a serem superados. Eles enfocam os antagonismos de classe [capitalistas e trabalhadores], e assumem posição comum contra [...] a doutrina de que a mão invisível do mercado automaticamente harmoniza os interesses conflitantes e refreia o egoísmo individual em benefício de todos. [Também] [...] introduzem a ideia da transformação interna e externa como meio de restaurar a estabilidade social e rechaçar as crises do capitalismo. (Harvey, 2005, p. 109)

O interesse de Harvey (2005), em recuperar as concepções de Hegel e Von Thünen, é tentar discutir o capítulo 25, a teoria moderna da colonização, do volume I, o processo de produção do capital, de O Capital, de Marx.

---

<sup>3</sup> Publicada em 1826 (Harvey, 2005).

La economía política procura, por principio, mantener en pie la más agradable de las confusiones entre la *propiedad privada* que se funda en el *trabajo personal* y la *propiedad privada capitalista* diametralmente contrapuesta, que se funda en el aniquilamiento de la primera. [...]. No ocurre lo mismo en las colonias. El modo capitalista de producción y de apropiación tropieza allí, en todas partes, con el obstáculo que representa la propiedad obtenida a fuerza de trabajo por su propio dueño, con el obstáculo del productor que, en cuanto poseedor de sus propias condiciones de trabajo, *se enriquece a sí mismo en vez de enriquecer al capitalista*.[...] en las colonias [...] la propiedad de dinero, de medios de subsistencia, máquinas y otros medios de producción *no confieren a un hombre la condición de capitalista* si le falta el complemento: *el asalariado*, el otro hombre forzado a venderse voluntariamente a sí mismo. [...] *el capital* no es una cosa, sino una *relación social entre personas* mediada por cosas. (Marx, 2012). (O grifo é nosso)

De acordo com Marx (2012), uma das condições para existência do capitalismo é a separação entre o trabalhador e os meios de produção. Esta condição, na época, não era preenchida nas colônias. Por isso é que o trabalhador proprietário de seus meios de produção se enriquece a si mesmo e não ao capitalista. Desse modo, o capital seria uma relação social estabelecida entre o capitalista e o trabalhador. O que Marx (2012) tentava explicar é que o avanço do capitalismo vai exigir nas colônias, a separação do trabalhador dos meios de produção e que, no decorrer no tempo, o nível de salários voltaria ao nível de subsistência. Ou seja, a força de trabalho não teria como fugir historicamente da exploração dentro do capitalismo.

Harvey (2005), desse modo, procura encontrar uma explicação marxista para o ajuste espacial, a mobilidade da reprodução do capital em nível internacional, como forma de ajuste as crises de superacumulação do capitalismo.

Mas e quanto ao terceiro volume<sup>4</sup>, em que Marx mostra que as exigências da produção conflitam com as exigências da circulação, produzindo crises de desequilíbrio na acumulação? A polarização então assume a forma de “capital não empregado, em um pólo, e população trabalhadora desempregada, no outro pólo”. Será que o estabelecimento de tais crises pode ser contido por meio da expansão geográfica? [...] Ao tratar de tais questões Marx é exasperadamente assistemático e vago. Portanto, é muito difícil integrar sua teoria da dinâmica da acumulação a longo prazo e suas contradições internas, particularizada para um sistema fechado, com temas relativos ao imperialismo, ao colonialismo, ao desenvolvimento geográfico desigual, às trocas desequilibradas. (Harvey, 2005, p. 114). (O grifo é do autor)

A formulação de uma explicação marxista para remediar as crises de superacumulação de capital, definidas como excesso de capital em relação às oportunidades de empregar esse capital com lucro, passa pela busca do ajuste espacial segundo Harvey (2005). A superacumulação de capital levaria a sua desvalorização. Assim, a expansão e reestruturação geográfica poderia ser uma alternativa para a expansão do capitalismo em nível internacional e inter-regional.

Para Harvey (2011), é necessário conectar zonas de excedente de capital com regiões de escassez:

Demasia de capital excedente na Grã-Bretanha no final do século XIX? Então envie-o para os Estados Unidos, a Argentina ou a África do Sul, onde possa ser usado com rentabilidade. Capital excedente em Taiwan? Então, envie-o para criar fabricas que exploram trabalhadores na China ou no Vietnã. Excedentes de capital dos Estados do Golfo em 1970? Então, envie-os para o México por meio de bancos de investimentos de Nova York.

<sup>4</sup> O terceiro volume de trata do processo global de produção capitalista Marx (2011).

Uma primeira alternativa, do ajuste espacial, seria resolver a questão pelo lado do comércio exterior, exportando os excedentes de mercadorias que existem internamente. Entretanto, o comércio exterior sempre é uma via de mão dupla, logo o valor das exportações se transforma em importações, com as quais se vão produzir novos excedentes de produção. Uma forma de expandir as exportações seria através do crédito. O país exportador concederia empréstimos de longo prazo ao país importador, que iria contrair uma dívida externa. Mas para pagar essa dívida o país importador teria que exportar, de outro modo, o estoque de dívida seria de tal monta que algum dia seria impagável, volta-se desta forma à desvalorização de capital e a crise.

A segunda alternativa seria a aplicação de excedentes de capital e força de trabalho em novas fronteiras, regiões ou países. Para isto, seriam necessários investimentos em infraestrutura básica que poderiam ser realizados pelo Estado do país receptor. Seria a expansão da industrialização para novas fronteiras. Desse modo se criaria um fluxo de demanda no exterior por excedentes de capital e força de trabalho, existentes na terra natal.<sup>5</sup>

O único problema com essa solução é que a nova economia regional tende a alcançar sua própria coerência estruturada interna, [...] e está destinada a se tornar expansionista, tecnologicamente dinâmica, acossada pela luta de classes e inerentemente instável. Essa nova economia regional também começa a produzir excedentes de capital e força de trabalho, que se tornam cada vez mais difíceis de serem absorvidos. Também a longo prazo, fica obrigada a cuidar de seu próprio “ajuste espacial”. Ao fazer isso, vê-se, inevitavelmente, competindo com o país natal no mercado mundial, e, se vencer a competição, pode forçar a desvalorização da economia de origem por meio da competição internacional. (Harvey, 2005, p.155). (O grifo é do autor)

Desse modo, o ajuste espacial de solução passa a ser problema. E o problema seria: o que aconteceria quando o ajuste espacial não fosse mais possível, ou então, quando as dívidas contraídas pelo deslocamento espacial vençam? Aqui se evidenciam dois problemas. O primeiro, qual o limite para o ajuste espacial? O segundo, a relação entre lado real da questão, a produção de mercadorias necessárias para a produção de mais-valia, e o lado monetário, que seria a geração de um estoque de dívida que algum dia venceria e teria que ser paga.

Segundo a visão de Harvey (2005, p. 157 e 162):

[...] a destruição física e a desvalorização forçada resultantes da confrontação militar e da guerra podem ser consideradas como parte e parcela dos processos de formação e solução da crise. A busca pelo “ajuste espacial” assume uma direção viciosamente competitiva e talvez violenta. [...]. Se eu tiver razão – e apreso-me em acrescentar que espero estar inteiramente equivocado, e que a história e outros estudiosos provarão isso rapidamente para mim -, então no século XX, a perpetuação do capitalismo foi obtido à custa da morte, da devastação e da destruição levadas a cabo em duas guerras mundiais.

A sobreacumulação de capital no país natal, e a realocação dos excedentes de capital e força de trabalho, exigem um deslocamento temporal (investimentos de longo prazo) e um ajuste espacial. À medida que o espaço foi sendo anulado pelo tempo, com a revolução nos transportes e nas comunicações, o ajuste espacial teria sido a solução encontrada para a sobreacumulação de capital, mas isso tem seus limites. Os limites estariam dados, primeiro,

---

<sup>5</sup> Harvey (2005) ilustra sua teoria do ajuste espacial mostrando como a Inglaterra se expandiu para economia dos Estados Unidos (EUA) e depois foi superada por esse país. Também apresenta o caso dos EUA, que após a II Guerra Mundial se expandiram em direção a Europa Ocidental e o Japão e acabaram sendo superados em muitos setores pela produção industrial desses países. Poderia acrescentar-se a esses exemplos a relação atual entre os EUA e a China. Capitais de EUA migraram para a China e produzem lá manufaturas, sobretudo intensivas em mão de obra, que são exportadas para os EUA.

pela existência de novos espaços ainda não ocupados, nos quais se possam expandir as relações de produção capitalistas que viabilizem a acumulação de capital. Segundo, pelo acúmulo de estoques de dívidas que viabilizam o ajuste espacial, mas que em algum momento tem que ser liquidadas. Ou não pagamento dessas dívidas poderá levar a uma crise de desvalorização do capital.

El capital en su forma monetaria se puede devaluar a causa de la inflación; la fuerza de trabajo se puede devaluar por el desempleo y la disminución de los salarios reales del trabajador; las mercancías almacenadas en forma terminada o semielaborada quizá tengan que venderse con pérdida; el valor cristalizado en el capital fijo se puede perder mientras permanece ocioso. (Harvey, 1990, p. 202)

Essa desvalorização do capital, nas formas acima apresentadas, é o que Harvey (1990), chama de o primeiro enfoque sobre a teoria das crises no capitalismo. Neste enfoque, a crise do capitalismo se dá na esfera da produção.

De acordo com o segundo enfoque sobre a teoria das crises, existe uma integração entre as esferas da produção e da circulação das mercadorias. Essa integração se dá pelo crédito, pelo surgimento do capital a juros e o do capital fictício. A função deste capital a juros é expandir o crédito e a capacidade de consumo da sociedade, composta por consumidores, empresas e o Estado.

A integração dos capitalistas industriais e bancários que formam, desse modo o capital financeiro, é uma condição essencial para a expansão do capital. A eles se soma o Estado, que utilizando as políticas monetária, fiscal e cambial, viabiliza a acumulação de capital. Entretanto, as tentativas de expansão podem acabar em crises.

La actividad especulativa relacionada con la oscilación ascendente permite experimentación individualizada y privada con nuevos productos, nuevas tecnologías (incluyendo nuevas formas de organización), nuevas infraestructuras físicas e sociales, incluso nuevas culturas enteras, configuraciones de clase, y formas de organización y lucha de clases. El fermento atomístico de experimentación crea muchas cosas superfluas y efímeras, pero al mismo tiempo sienta la base material para fases posteriores de acumulación. [...] La bancarrota racionaliza y reestructura la producción a fin de eliminar los elementos extraños; los nuevos y los viejos por igual. (Harvey, 1990, p. 329-330)

O segundo enfoque, sobre a teoria das crises, integra a relação entre produção, dinheiro e as finanças. A crise aparece como financeira, mas tem uma base na produção e na acumulação de capital. Este ao procurar se viabilizar ganha novas forças na sua expansão que, entretanto, acabam redundando em novas crises.

O entendimento de Harvey (2001, p. 181), parece ser que o comando do processo de acumulação estaria com o capital fictício. A flexibilização da produção seria para atender aos interesses da acumulação de capital. Ele afirma que:

Estou, portanto, tentando ver a flexibilidade conseguida na produção, nos mercados de trabalho e no consumo antes como um resultado da busca de soluções financeiras para as tendências de crise do capitalismo do que o contrário. Isso implicaria que o sistema financeiro alcançou um grau de autonomia diante da produção real sem precedentes na história do capitalismo, levando este último a uma era de riscos financeiros igualmente inéditos.

Finalmente, o terceiro enfoque da teoria sobre as crises abrange aspectos geográficos. A desvalorização do capital nestes casos está ligada ao baixo lucro relativo de uma localização em relação a outras localizações alternativas.

Cuando el capital bajo cualquier aspecto y la fuerza de trabajo del tipo que sea, no están en el lugar correcto en el momento apropiado, por la razón que sea, probablemente sufrirán devaluaciones. [...] No se trata de que un proceso de trabajo determinado no pueda funcionar en lo absoluto en determinado lugar, sino de que no pueda generar por lo menos la tasa media de ganancia. Las devaluaciones siempre fusionan el trabajo individual particular (concreto) con el trabajo universal y social (abstracto). Además las devaluaciones *siempre* son específicas de determinado tiempo e lugar. (Harvey, 1990, p. 428). (O grifo é do autor)

A desvalorização do capital ocorre quando não há mecanismo que assegure uma localização industrial. Quanto maiores forem os investimentos em infraestrutura para um empreendimento, maiores serão as dificuldades para a realocação. Também maior será a desvalorização do capital. Conforme uma região, ou país, se abre à outra região, ou país, o trabalho concreto tem que ser comparado com o trabalho abstrato. Dado que o valor do trabalho abstrato depende do tempo de trabalho socialmente necessário para se reproduzir em termos universais, as localizações procuradas serão aquelas que produzam a maior mais-valia relativa.

Las revoluciones en el valor de desatan cuando se busca la *plusvalía relativa*<sup>6</sup> por medio de *tecnología* o de *situación*. El efecto es devaluar los capitales empleados bajo *tecnologías* inferiores o en *situaciones* inferiores. Este proceso se complica porque el impulso por *acelerar el tiempo de rotación* mejorando el transporte y las comunicaciones modifica los espacios relativos, y así transforma situaciones superiores en inferiores y viceversa. [...] la ventaja del capital de tener acceso a *reservas baratas de trabajo* excedentes en ciertas *situaciones* se puede ir perdiendo poco a poco con la migración de los trabajadores [o el encarecimiento de la fuerza de trabajo]. [...] La competencia por el espacio lleva al cierre de una planta aquí, a la pérdida de una vía de ferrocarril allá [o de toda la infraestructura alrededor de una fábrica]. (Harvey, 1990, p. 428-429). (O grifo é nosso)

Novas tecnologias aumentam a produtividade do trabalho e, portanto, diminuem o custo de reprodução da força de trabalho, permitindo o aumento da mais-valia relativa e também a baixa do valor e dos preços das mercadorias. Novas localizações, nas quais exista força de trabalho com menor valor, acrescentaram a mais-valia, e tenderam a elevar a competitividade da nova localização em relação a outras localizações. Nessas outras localizações ocorre uma desvalorização de capital, que afeta a indústria e toda a infraestrutura relacionada a essa indústria, como fornecedores de insumos e máquinas com efeitos na economia de toda a região. Entretanto, quais seriam os limites para as novas localizações?

La intensificación y difusión del capitalismo es una transformación revolucionaria prolongada, que se logra a través de varias generaciones sucesivas. Aunque las crisis locales, regionales y de cambio son fenómenos normales para que se lleve a cabo ese proceso a través del desarrollo geográfico desigual, la formación de crisis globales [...] depende de que se agoten las posibilidades de más transformación revolucionaria a lo largo de líneas capitalistas. Eso no depende de la propagación de nuevas fuerzas productivas sobre la faz de la Tierra, sino de la provisión de nueva fuerza de trabajo. (Harvey, 1990, p. 438-439)

---

<sup>6</sup> Esta mais-valia extra seria decorrente da transferência de valor entre produtores que tem a nova localização e aqueles que não usufruem os benefícios dessa nova localização. Uma discussão sobre mais-valia extra se encontra em Carcanholo (2010).



Na visão de Harvey (1990), o limite para a expansão do capital estaria dado pela existência de nova força de trabalho que possa ser incorporada na produção, gerando uma taxa de lucro média no espaço mundial integrado. Entretanto:

[...] a medida que el capitalismo agota las posibilidades de acumulación originaria a expensas de las formaciones sociales precapitalistas e intermedias, tiene que buscar en otra parte nuevas fuentes de trabajo. Al final solo le queda un camino: practicar el canibalismo. (Harvey, 1990, p. 440)

O canibalismo poderia ser expresso na luta entre capitalistas, com uma maior concentração e centralização de capitais, na terceirização, na subcontratação e no uso de formas de exploração pré-capitalistas, como o trabalho infantil e o trabalho escravo.

A acumulação de capital para Harvey (2011, p. 55), depende da disponibilidade de trabalho. Aquilo que Marx (2011) chamou de exército industrial de reserva.

Nos últimos trinta anos [entre 1980 e 2010], por exemplo, cerca de 2 bilhões de trabalhadores assalariados foram adicionados à força de trabalho global disponível, em função da abertura da China e do colapso do comunismo na Europa central e oriental. Em todo o mundo, aconteceu a integração das populações camponesas até então independentes das forças de trabalho. O mais dramático de todos esses acontecimentos foi a mobilização das mulheres, que agora formam a espinha dorsal da força de trabalho global. Esta disponível agora uma piscina enorme de força de trabalho para a expansão capitalista.

Essa incorporação de força de trabalho ao modo capitalista de produção deu uma injeção de competitividade às firmas que fluíram para os espaços antes referidos. Mas o capital procurava não só oferta de trabalho, mas de trabalho barato e com baixa organização sindical. Harvey (2011, p. 58) aponta que:

A partir de meados dos da década de 1960, as inovações das tecnologias dos transportes tornaram mais fácil o deslocamento da produção, para áreas de salários mais baixos e fraca organização do trabalho. Nas ultimas décadas, [...], as deslocalizações maciças da atividade industrial transformaram radicalmente a forma como funcionam os mercados de trabalho, em comparação com as circunstancias que em geral prevaleciam antes de 1970.

E nos mercados de trabalho a demanda de trabalho depende do nível de salários o que vai influenciar por sua vez no nível dos lucros. Harvey (2011, p.58-59) afirma que:

A taxa de salário real é definida pelos custos de fornecimento dos bens e serviços necessários para reproduzir a força de trabalho em um determinado padrão de vida aceitável. O que é “aceitável” ou “dado” é um produto da luta de classes, das normas costumeiras e dos pactos sociais (mais frequentemente do que os não tácitos, mas às vezes explícitos como o direito a saúde decente e educação) realizados normalmente dentro de alguma organização social territorializada.

Assim a procura de novos espaços, com taxas de salários relativamente menores, é parte da dinâmica da valorização do capital. Segundo Harvey (2011, p. 128-129), para entender o capitalismo há que entender alguns princípios geográficos, um dos quais diz que:

[...] todos os limites geográficos de acumulação do capital têm que ser ultrapassados. O capital, Marx escreveu nos *Grundrisse*, “tem de se empenhar para derrubar toda barreira local do intercâmbio, i. e. , da troca, para conquistar toda a terra para seu mercado”. Deve também se esforçar perpetuamente para “destruir o espaço por meio do tempo”.

Segundo Harvey (2011, p. 130), já no Manifesto Comunista, (Marx; Engels, [1848] 2013, p. 13), tinham visualizado o desenvolvimento do intercâmbio universal de mercadorias. De acordo com esses autores:

As velhas indústrias nacionais foram destruídas ou continuam a sê-lo diariamente. São suplantadas por novas indústrias, cuja introdução se torna uma questão vital para todas as nações civilizadas – indústrias que não empregam mais matérias-primas autóctones, mas sim matérias-primas vindas das regiões mais distantes, e cujos produtos se consomem não somente no próprio país mas em todas as partes do globo. Em lugar das antigas necessidades, satisfeitas pelos produtos nacionais, nascem novas necessidades, que reclamam sua satisfação os produtos das regiões mais longínquas e dos climas mais diversos.

Para Marx; Engels (2013, p. 14), a forma de conquistar os mercados externos seria com os baixos preços das mercadorias:

Devido ao rápido aperfeiçoamento dos meios de produção e ao constante progresso dos meios de comunicação, a burguesia arrastra para a torrente da civilização mesmo as nações mais bárbaras. Os baixos preços dos seus produtos são a artilharia pesada que destrói todas as muralhas da China e obriga a capitularem os bárbaros mais tenazmente hostis aos estrangeiros.

A destruição das muralhas da China é a figura retórica para vencer a competição no mercado. Desse modo, a dinâmica geográfica do capital tem que ser entendida no contexto do processo de sua expansão mundial. Nesse processo, cada espaço tem sua função no tempo. Harvey (2011, p. 123-124), ilustra com alguns exemplos a deslocalização industrial e de serviços:

O desenvolvimento geográfico desigual que resulta é tão infinitamente variado quanto volátil [...]. A fábrica no Norte da China ou em Ohio [EUA] fecha em parte porque se abrem fábricas localizadas no delta do Rio das Pérolas [sul da China]. O teleatendimento [agora realizado] em Barbados [ex-colônia inglesa no mar caribe] ou o atendimento ao consumidor de Bangalore [Índia], [que antes era feito no próprio local] em Ohio e em Londres e as camisas ou saias usadas em Paris têm etiquetas de Sri Lanka ou Bangladesh, assim como os sapatos que antes eram feitos em Itália agora são do Vietnã.

As fábricas mudam sua localização porque procuram novos espaços nos quais as condições de concorrência permitam obter custos e preços menores, portanto lucros maiores e condições de competição em nível internacional. Alguns serviços, como os teleatendimentos, que antes eram realizados no país, agora podem ser realizados desde o exterior, onde a mão de obra é mais barata. Finalmente, indústrias como as de vestuário e calçados, mais intensivas em trabalho não qualificado, são as mais sensíveis à deslocalização industrial.

### **A realocação industrial do centro para a periferia dá fôlego à acumulação capitalista baseada na troca desigual em sentido restrito**

Uma visão semelhante à de Harvey (2005) é a de Salama (1999). A semelhança está em que a **realocação industrial** tem a ver com o encarecimento da produção num espaço e o surgimento de novos espaços regionais ou internacionais que viabilizem a retomada da acumulação de capital.

Para Salama (1999), o processo de abertura comercial provocou uma realocação da produção mundial, com efeitos nas desigualdades territoriais e salariais. As indústrias iriam deslocando-se do centro para a periferia, de locais aonde há custos elevados para produzir, para locais onde esses custos são menores.

Quando o custo unitário do trabalho associado à primeira combinação produtiva é menor, e se uma série de condições é favorável à valorização do capital (infraestrutura, legislação fiscal e do trabalho, transparência dos mercados [...]) e os custos de transporte não são excessivamente elevados, é possível o deslocamento geográfico de A (economia do centro) para B (economias semi-industrializadas) de um segmento de uma linha de produção. (Salama, 1999, p. 24)

Após o encarecimento dos custos em B é possível deslocar-se para um país C, que apresente custos relativos menores. Mas, também, seria possível uma realocação de B para A, desde que neste país exista uma inovação tecnológica que aumente a produtividade e ao mesmo tempo aumentem os custos relativos do país B. Neste sentido, a tese de Salama (1999), se assemelha à tese de Vernon (1966), para quem o deslocamento da produção se dá do centro para periferia por uma inovação de produto ou processo de produção.

Desta maneira, os países inovadores sempre estariam na frente no processo de desenvolvimento. No caso analisado por Salama (1999), as realocações têm a ver com fatores que dependem de condições locais e também da taxa de câmbio existente entre as nações A, B, e C. Se a nação C apresentasse uma taxa de câmbio apreciada, poderiam piorar as condições de competitividade desse país. A reestruturação do capitalismo, para Salama (1999, p. 17-39), também pode se dar dentro de um país com mudanças intrarregionais na localização industrial. Neste caso, a análise é semelhante aquela das nações A, B e C, apenas que não há os efeitos da taxa de câmbio, dado que as transações ocorrem em moeda interna. Desse modo, dentro do país as realocações se dariam dos centros mais desenvolvidos, para as periferias menos desenvolvidas.

Finalmente, Salama (1999, p. 39), conclui que:

A globalização tende a ser cada vez mais excludente, produzindo num lugar região de integração do tecido social e em outras regiões de desintegração. Longe de provocar o alardeado universalismo, a abertura rápida das fronteiras aumenta a vulnerabilidade e ao fazê-lo provoca novos vínculos e a criação de circuitos complexos, com modos originais de regulação. O desaparecimento das fronteiras visíveis produz a eclosão de novas fronteiras invisíveis, com a consolidação de regiões de integração ao mesmo tempo em que se desenvolvem regiões de exclusão chamadas de regiões cinzentas.

Assim, se algumas regiões são integradas ao processo de acumulação de capital outras são excluídas. Nesse sentido, o processo de acumulação de capital e a ocupação do espaço são excludentes.

Dentro da literatura marxista e a partir da teoria do imperialismo, vários progressos foram alcançados na análise das relações internacionais e relações inter-regionais. Essa análise relacionava o materialismo histórico, a geografia humana e a economia internacional. A ideia era entender as relações inter-regionais no contexto do capitalismo monopolista e, dentro disso, as alterações no uso do espaço no processo de acumulação do capital. Lipietz (1988, p. 64), menciona que vários autores contribuíram para isso e cita a Rosa Luxemburgo, Lenin, Bukarin, Samir Amin, Cristian Palloix, Arghiri Emmanuel. Ainda esse autor utiliza as

contribuições de C. Palloix, *L'économie mondiale capitaliste*<sup>7</sup> e S. Amin, *Le développement inégal*<sup>8</sup> na sua fundamentação teórica.

Para o autor supracitado, o sistema capitalista mundial é constituído por formações sociais nacionais dentro das quais se articulam modos de produção. Algumas formações sociais nas quais se iniciou o capitalismo assumem o papel de formações dominantes (o centro) e as outras como dominadas (a periferia). A constituição do capitalismo mundial teria passado por três etapas: a fase mercantilista, o estágio concorrencial e a fase monopolista internacional.

A fase mercantilista foi a da acumulação primitiva, na qual o comércio exterior foi utilizado pela indústria manufatureira para crescer a um ritmo mais rápido que o ditado pelo mercado interno agrícola. Também foi a fase da pilhagem, do tráfico de escravos e da colonização por exploração, que permitiram a acumulação inicial de capital-dinheiro.

No estágio concorrencial, as formações sociais nacionais competem no mercado internacional. Entretanto, já há uma diferenciação entre elas. Umas têm alta composição orgânica do capital (COK) e produtividade do trabalho e outras têm essas relações mais baixas. Segundo Lipietz (1988, p. 66-67) “um *pseudovalor internacional* se forma no comércio mundial como média dos diferentes valores nacionais”. Neste momento que apareceria a troca desigual no sentido amplo, entre o país com fraca COK e menor produtividade do trabalho e o país com forte COK e maior produtividade do trabalho. Mesmo com a equalização dos lucros, entre os países, a troca desigual estaria fundamentada no intercâmbio sistemático de quantidades desiguais de trabalho, com a vantagem da nação com a COK e produtividade do trabalho mais alta.

Finalmente, no estágio monopolista internacional, o mundo estaria dividido em dois grandes espaços. De um lado, o centro, onde predominam as formas mais desenvolvidas do capitalismo, de outro, a periferia, que se vincula às formas menos desenvolvidas de produção. A mão de obra é melhor remunerada no centro do que na periferia e nessa diferenciação estaria a **troca desigual em sentido restrito**.

Emmanuel assinala outro mecanismo da troca desigual (*sentido restrito*): com a mesma composição orgânica do capital, a diferença de valor da força de trabalho (grosseiramente, de salário) entre os dois países [um o centro e outro da periferia] provoca uma transferência de valor, sempre por perequação da taxa de lucro, para os países onde os operários já são bem mais pagos. (Lipietz, 1988, p. 68). (O grifo é do autor)

No estágio monopolista internacional, o capitalismo se expande internacionalmente e incorpora as formações sociais dominadas ao seu circuito de acumulação. Para Lipietz (1988), segundo a concepção de Emanuel, o aparecimento da troca desigual em sentido restrito está vinculado ao diferencial de valor da força de trabalho entre centro e periferia:

Desde que aparecem para o capital do centro os meios formais (capital financeiro) e reais (capital de engenharia), para *se deslocar* ele terá tendência a desdobrar-se mundialmente, integrando a seu processo, desta vez *diretamente*, as formações sociais dominadas. Desde então, o trabalhador sul-americano ou africano levará uma **dupla existência**: enquanto **trabalhador ativo**, ele será operário agrícola em uma exploração moderna da United Fruit, ou operário sem-qualificação na fábrica Fiat ou Renault de Rosário ou Córdoba e criará fragmentos de *valor internacional* definido globalmente pelo nível de produtividade atingido pelo capitalismo moderno desdobrado em escala mundial. Mas, enquanto “**consumidor**”, o **valor** de sua **força de trabalho** será definido pelo **padrão de vida médio em sua zona de origem**, valor que representará uma parte menor de capital variável de seu empregador à

<sup>7</sup> Publicada em 1975.

<sup>8</sup> O subtítulo é: *Essai sur les formations sociales du capitalisme périphérique*, publicado em 1973.

proporção que ela seja parcialmente reproduzida em um *outro* modo de produção, que assegurará sua subsistência fora da idade madura (exemplo: o “modo da linhagem familiar” na África). (Lipietz, 1988, p. 69). (O grifo é do autor e o negrito é nosso)

Como mostrado anteriormente, no estágio monopolista internacional a relação entre o centro e a periferia tem determinadas particularidades. Para Lipietz (1988, p. 74): “Parece-me que Samir Amin aclara esta idéia, estudando os ‘modelos de desenvolvimento’ do centro (‘acumulação autocentrada’) e da periferia (‘extroversão’)”.

Na acumulação autocentrada, a acumulação de capital seria endógena, pela lógica da reprodução ampliada do capital, conforme os interesses dos capitalistas nativos de elevação ou pelo menos manutenção das taxas de lucro. A lógica de acumulação própria seria a da corrida à mais-valia relativa. A relação entre os departamentos de produção assim é descrito nesse modo de acumulação:

Um tal modelo de crescimento equilibrado *autocentrado*, em que a *seção I (produção dos meios de produção)* tem por mercado a *seção II (bens de consumo)* local, e onde os trabalhadores organizados pelo capital produzem cada vez mais valores de uso (e mais-valia), mediante o que lhes é deixada a possibilidade de comprar *no local* uma massa crescente dos valores de uso produzidos (se não a mais-valia não poderia ser realizada e a acumulação ampliada não teria lugar), este modelo apresenta uma dinâmica específica: a extensão das relações capitalistas (e, primeiramente, da esfera mercantil) a todos os aspectos da vida cotidiana. (Lipietz, 1988, p. 75-76). (O grifo é nosso)

A acumulação endógena enfrenta uma limitação. A reprodução ampliada exige o aumento da mais-valia relativa, o que aumenta a composição orgânica do capital e provoca a baixa tendencial da taxa de lucro. Sem entrar na discussão teórica a respeito da baixa tendencial, a periferia (a extroversão) passa a cumprir seu papel. Conforme Lipietz (1988, p. 76): “Aqui, nos diz S. Amin, a relação centro/periferia reencontra seu papel, não, como pensava Rosa Luxemburgo, pelo viés de “problema da realização”, mas pelo viés da luta contra a baixa tendencial da taxa de lucro”.

Na opinião de Lipietz (1988, p. 78), a função da periferia (com acumulação extrovertida, dirigida para fora) seria dar um fôlego à acumulação capitalista, baseada na troca desigual em sentido restrito.

O modelo autocentrado não pode ser concebido, pois, sem a existência de uma “fonte” de mais-valia diferencial: a periferia. E reencontra-se o *processo de articulação* tal qual evoquei: primeiramente, uma relação de dominação permitindo a *troca desigual em sentido amplo*, depois uma relação de integração/*deslocalização da produção industrial* (sob a égide do capital financeiro e da tecnologia do centro), operando-se a extração do sobrelucro pela troca desigual no sentido restrito (jogo sobre as zonas de salários). (O grifo é nosso).

Na relação entre o centro e a periferia a primeira é dominante e a segunda dominada. A continuidade do processo de acumulação de capital no centro, depende da expansão deste último para a periferia, a qual terá que apresentar condições de produção que aumentem a taxa de lucro do centro. Por sua vez, a periferia assume sua condição de subdesenvolvimento pela impossibilidade de acumulação de capital. A acumulação de capital da periferia se dirige ao centro. Este modelo extrovertido da periferia é definido por Lipietz (1988, p. 80) do seguinte modo:

[Na periferia] há um *setor de exportação* recaindo sobre matérias primas (indústrias e agroalimentares) e a partir de uma data recente, produtos do trabalho de montagem pouco

qualificado. O rendimento deste sector é largamente exportado, por seu turno para o capital do centro. Quanto ao resto, remunera muito fracamente uma classe operária, que se reproduz sobre uma base de consumo muito *estreita* (e cujos constituintes são reproduzidos pelo setor *pré* ou *paleocapitalista* local), e, mais fortemente, as classes dominantes locais. Estas podem participar da “sociedade de consumo mundial”, mas devem *importar* seus bens de luxo. Sua situação econômica de classe (proprietários fundiários, etc.) não as constrange a acumular quase nada. Todavia, este mercado restrito pode, por seu turno, induzir a uma industrialização secundária para os bens de consumo de luxo: é a política do *import-substitution*, que, por sua vez, equipa-se na seção I do centro. (Lipietz, 1988, p. 80)

Finalmente, algumas características da periferia são apontadas: a capacidade de financiamento e os mercados dependem do centro e o multiplicador keynesiano e acelerador não agem (eles funcionam no centro, para a demanda vinda da periferia). Além disso, haveria uma tendência à marginalização das massas de trabalhadores, com persistência da mão de obra excedente, do desemprego e o subemprego. A dependência tecnológica do centro é vital, toda a divisão do trabalho depende da égide do capital financeiro e da engenharia do centro (Lipietz, 1988, p. 81).

A apresentação dessa teoria marxista das relações inter-regionais é realizada a partir da crítica a Vernon (1966). Este autor apresenta uma análise baseada no ciclo do produto, e na demanda. Segundo ele, as firmas têm uma visão mundial de seus centros de pesquisa, de seus centros de produção de componentes, centros de montagem e seus mercados. Entretanto, a análise se refere ao produto. Lipietz (1988), apoiado na visão de Palloix e Aglieta, entende que a análise se deve dar a partir dos ramos de produção e não do produto, como o fez Vernon (1966).

A economia que se está analisando apresentaria as seguintes características:

[...] tocamos na descrição de uma economia capitalista mundial no estágio da integração, onde o desenvolvimento desigual das regiões mundiais [...] permite ao capital monopolista redefinir a alocação de capital e o processo de trabalho internacional, *apreendendo essas mesmas diferenças como funcionais à divisão do trabalho no interior de um processo de valorização do capital único*, processo este, aliás, que reproduz as desigualdades de desenvolvimento entre regiões autocentradas e extrovertidas. (Lipietz, 1988, p. 96)

A análise do ramo seria superior ao da firma e à pobreza de um valor de uso isolado (o ciclo do produto de Vernon). Seguindo o pensamento de Palloix e Aglieta, Lipietz (1988, p.96-97), afirma que para analisar cientificamente a nova divisão do trabalho:

É preciso adotar uma problemática de *ramo*, isto é, considerar o estado da *divisão do trabalho entre ramos*, as formas necessárias de *articulação entre ramos* (que frequentemente tomam a forma de externalidade), a divisão do trabalho *no seio* do ramo [e sua localização no espaço] (centros de pesquisas, centros de fabricação, centros de montagem), as condições de articulação dos *diversos estádios* de elaboração no seio do processo de trabalho (estado do sistema de transportes e comunicações) e as condições pelas quais o capital financeiro (e o capital de engenharia) pode gerar o processo de valorização (controle da mais-valia) na cadeia, frequentemente formal, da circulação simples de mercadorias e patentes. Vê-se, assim, que uma produção aparentemente autônoma pode ser integrada em um processo de acumulação que a *domina* (pelo jogo das taxas anuais, dos contratos de produção associada, etc.). (Lipietz, 1988, p. 96-97)

## Da especialização diacrônica à sincrônica e os limites ao desenvolvimento da periferia

A articulação entre o centro e a periferia se daria pela deslocalização no espaço de centros de pesquisas, centros de fabricação, centros de montagem do centro para a periferia, mas numa especialização diacrônica. A especialização do ciclo do produto de Vernon (1966) tem essa característica. A produção se desloca do centro para a periferia ao longo do tempo. Com a nova divisão internacional do trabalho a especialização seria sincrônica onde:

*[...] os diversos tipos de trabalho que concorrem para os processos de produção que se entrecruzam no ramo. No mesmo tempo teórico, a “pesquisa e desenvolvimento” prossegue nos **grandes centros de engenharia**, a indústria de precisão nas **regiões com bom meio industrial** e o trabalho totalmente banalizado **lá, onde a mão-de-obra é menos cara**, tudo para um mercado cujo centro de gravidade pode deslocar-se independentemente para cada produto do ramo. (Lipietz, 1988, p. 97). (O grifo é do autor e o negrito é nosso)*

A especialização é sincrônica porque ocorre em diferentes espaços ao mesmo tempo. A montagem do bem final se daria num espaço determinado que garantisse um maior lucro. A venda da produção no mercado final concretiza a troca desigual em sentido restrito, de tal modo que se mantém a distância entre centro, desenvolvido, e a periferia, em subdesenvolvimento. Somente é possível o desenvolvimento no centro, com o subdesenvolvimento da periferia, e o que garante isso é a ampliação do comércio exterior e a movimentação dos capitais produtivos em nível internacional.

A produção na periferia muitas vezes abastece o centro de um país e os centros do exterior. Desse modo, na análise espacial se tem que diferenciar as relações econômicas inter-regionais e as relações econômicas internacionais. Nas internacionais temos as variáveis monetárias e aduaneiras<sup>9</sup> que interferem no processo. Nas inter-regionais a moeda é única e, no geral, não há barreiras para o deslocamento de mercadorias, isto também vale para áreas de integração com moeda única. O enfoque inter-regional vai analisar como se distribui a produção dos ramos, dentro da formação social nacional, entre regiões desigualmente desenvolvidas. As dinâmicas das demandas, externa e local, irão determinar a distribuição espacial da produção entre as regiões.

De acordo com Lipietz (1988, p. 98-99), as regiões poderiam ser classificadas em três categorias:

Região I: As que apresentam um forte meio tecnológico, com ligações estreitas entre os centros de negócios, os centros de engenharia e os estabelecimentos de pesquisas e de ensino tecnológico e científico. Nelas as “externalidades” (em relação aos ramos) são intensas e o valor da força de trabalho, assim como a fração qualificada da mão-de-obra, são importantes.

Região II: As que apresentam uma densidade de mão-de-obra qualificada (técnicos, operários qualificados), o que supõe uma tradição industrial correspondendo ao menos ao estágio da grande indústria e um valor médio da força de trabalho.

Região III: As que apresentam reservas de mão-de-obra que se pode considerar como não-qualificada e com valor de produção muito baixo, porque são produzidas pela dissolução de outros modos ou pelo declínio de indústrias obsoletas, correspondentes a um estágio anterior da divisão do trabalho. (O grifo é nosso)

Como mencionado anteriormente, as regiões desigualmente desenvolvidas se classificam de I a III. A região I pode ser identificada como o centro e a região III como a

<sup>9</sup> As variáveis monetárias se referem às taxas de câmbio entre a moeda local e as estrangeiras e às taxas de juros. As variáveis aduaneiras se referem às barreiras tarifárias e não tarifárias.

periferia. Em termos relativos, o valor da força de trabalho e os salários são maiores na região I em relação à região III. Dentro de um ramo de produção podem ser fabricados produtos de diferentes qualidades. Alguns produtos mais simples podem ser fabricados na região III e outros mais sofisticados na região I. A divisão do trabalho entre as regiões vai depender de como o ramo organiza espacialmente a produção, de tal modo que as condições de lucratividade do ramo, como um todo, sejam mantidas na formação social nacional e no mercado externo. A articulação entre as regiões foi sintetizada assim por Lipietz (1988, p. 99):

Entre estes três tipos de regiões [...], a articulação corresponde ao estágio da integração, com formação de um valor inter-regional determinado pela produtividade global dos ramos e um intercâmbio desigual (no sentido restrito) em benefício das primeiras. Os circuitos de ramos que são implantados atribuem a direção do processo de trabalho (engenharia) e de valorização a uma região I, a fabricação qualificada a uma região II e a montagem desqualificada a uma região III, e isto independentemente do centro de gravidade do consumo do produto final (em geral, a região I). (O grifo é nosso)

A separação entre centro de gravidade do consumo do produto final e a região de produção foi facilitada pela revolução nas comunicações, nos transportes e na informática. A produção é sincrônica, porque o ramo pode segmentar a produção de peças entre as diversas regiões, e realizar, a montagem final, na região onde as condições de lucratividade sejam as melhores para o capital. Como menciona Lipietz (1988) haveria um intercâmbio desigual favorável às regiões de tipo I.

## Conclusão

O aumento no custo da reprodução da força de trabalho diminui a mais-valia. Porém, há duas formas de aumentar a mais-valia. A primeira, pela ampliação da jornada de trabalho, a mais-valia absoluta. A outra, pelo aumento na intensidade do trabalho, a mais-valia relativa. Quando não é factível, por qualquer motivo, aumentar a mais-valia pelas duas modalidades anteriores e em face de uma situação de falta de competitividade no mercado, tem o cenário de se obter uma mais-valia extra, recorrendo-se ao ajuste espacial ou à realocação industrial.

Tanto o ajuste espacial como a realocação industrial, consistem numa movimentação do capital que tem a ver com o encarecimento da produção, num espaço e o surgimento de novos espaços, regionais ou internacionais, que viabilizem a retomada da acumulação de capital utilizando a mais-valia extra. Uma nova localização industrial (no país ou no exterior) pode propiciar o uso de força de trabalho mais barata, para um determinado padrão de preços do mercado (nacional ou internacional).

Desse modo, aparece a oportunidade de uma troca desigual em sentido restrito. Ela ocorre porque, dentro de um padrão centro-periferia os valores das mercadorias que são produzidas na periferia não conseguem ser apropriados por essa região. Consequentemente, as regiões do centro, exportadoras do capital, usufruem dos lucros da troca desigual em sentido restrito, porque conseguem mercadorias mais baratas que baixam o custo de reprodução da força de trabalho local e, portanto, viabilizam a continuidade do processo de acumulação de capital.



## Referencias Bibliográficas

- CARLOS, Ana Fani Alessandri. De la “geografía de la acumulación” a la “geografía de la reproducción”: un diálogo con Harvey. *Scripta Nova*. Barcelona, v. XII, n. 270 (143), 01/08/2008. Disponível em: < <http://www.ub.edu/geocrit/sn/sn-270/sn-270-143.htm>>. Acesso em: 18 jul. 2012.
- CARCANHOLO, Reinaldo. Sobre o conceito de mais-valia extra em Marx. In: V Encontro Nacional de Economia Política. Fortaleza, 21 a 23 de junho de 2000. Disponível em: < <http://pt.calameo.com/read/000140749829ad8e81336> >. Acesso em: 20 dez 2013.
- HARVEY, David. *Los límites del capitalismo y la teoría marxista*. México, D.F., Fondo de Cultura Económica, 1990.
- \_\_\_\_\_. A transformação política-econômica do capitalismo do final do século XX. In: HARVEY, David. *Condição pós-moderna. Uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. 10. ed. São Paulo, Loyola, 2001, p. 115-184.
- \_\_\_\_\_. *A produção capitalista do espaço*. São Paulo, Annablume, 2005.
- \_\_\_\_\_. *O enigma do capital: e as crises do capitalismo*. São Paulo, Boitempo, 2011.
- HILFERDING, Rudolf. *O capital financeiro*. 1ª edição [1910]. São Paulo, Nova Cultural, 1985.
- LENIN, Vladimir I. *O imperialismo: fase superior do capitalismo*. 1ª edição [1917]. São Paulo, Global, 1987.
- LIPIETZ, Alain. As relações inter-regionais e o desdobramento do capital monopolista. In: \_\_\_\_\_. *O capital e seu espaço*. São Paulo, Nobel, 1988, p. 63-111.
- LUXEMBURG, Rosa. 1ª edição [1912]. *A acumulação do capital: contribuição ao estudo econômico do imperialismo; anticrítica*. São Paulo: Nova Cultural, 1985.
- MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política*. 1ª edição [1894]. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2011. v. 3.
- \_\_\_\_\_. La teoría moderna de la colonización. In: \_\_\_\_\_. *El Capital*. Tomo I El proceso de producción del capital. Disponível em: <<http://www.ucm.es/info/bas/es/-marxeng/capital1/25.htm>>. Acesso em: 11 jul. 2012.
- MARX, K. ; ENGELS, F. *O manifesto comunista*. 1ª edição [1848]. Edição Ridendo Castigar Moraes. Disponível em : < <http://www.ebooksbrasil.org/adobeebook/manifesto-comunista.pdf>>. Acesso em: 19 Jul 2013.
- SALAMA, Pierre. *Pobreza e exploração do trabalho na América Latina*. São Paulo: Boitempo, 1999.
- VERNON, Raymond. International Investment and international trade in the product cycle. *Quarterly Journal of Economics*, v. 80, p. 190-207, maio 1966. Disponível em: <<http://www.sba.muohio.edu/dunlevja/Course%20Links/EC441/Vernon.pdf>>. Acesso em: 24 out. 2011.